

Miolo mole e caradura

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

As últimas semanas têm sido muito duras, mesmo para os que já estavam conformados em adiar a miragem de um Brasil sério até a maturidade de netos que ainda não nasceram. A implosão do PT como partido que pretendia apresentar-se, com legitimidade, como a negação do fisiologismo e da adoção de práticas políticas corruptas pode comprometer de forma decisiva o amadurecimento do marco institucional que se vinha desenhando a partir do início da redemocratização.

Para os estrategistas do partido, a questão fundamental que se colocava na eleição presidencial de 2002 era, reconhecida a popularidade de Lula, definir o programa de governo que seria compatível com a manutenção da governabilidade. Foi a hora de ejetar as baboseiras econômicas há muito repetidas, tal como o repúdio das dívidas, e partir para a adoção de políticas que respeitassem critérios elementares de racionalidade. Infelizmente, dadas as dificuldades de composição com a coalizão derrotada nas urnas, optou-se também, como se vê hoje, pela montagem de amplo esquema de suborno a parlamentares para assegurar a manutenção da coalização necessária no Congresso.

A percepção de que a crise poderá levar à reconsideração da candidatura do presidente Lula à reeleição, somada à decepção quanto à perda de credibilidade do partido como paladino de postura ética nas práticas políticas, tem estimulado significativos reposicionamentos dentro do PT. Especialmente lamentável é a tentativa, por parte da esquerda do partido, de dar novo alento às críticas à política econômica. Antes das últimas revelações sobre corrupção generalizada entre políticos e funcionários do partido, o governo só tinha a mostrar como realização significativa a sua política econômica. Mas, para a esquerda do PT, em meio a apelos à mobilização dos 'movimentos sociais', é como se a regeneração partidária dependesse não apenas da punição dos envolvidos, mas também da volta às origens programáticas anteriores à *Carta aos Brasileiros*, de agosto de 2002. De quebra, é claro, o ministro da Fazenda seria inviabilizado como herdeiro do espólio petista, em caso de dificuldades da candidatura do presidente à reeleição.

A maior vulnerabilidade desta estratégia, que forçaria o presidente a renegar sua fase 'neoliberal', é que é destituída de substância no terreno econômico. De fato, nunca foi possível perceber com clareza qual seria mesmo a política econômica alternativa à que se adotou, dados os objetivos estratégicos predefinidos. E, em meio a muitas frases de efeito e críticas candentes ao palocismo, até hoje persiste o mistério. Tal estratégia, além disso, implicaria repudiar exatamente a política que produziu os melhores resultados no governo petista. É difícil imaginar que o partido pretenda disputar a próxima eleição presidencial baseado em críticas à sua própria política econômica, ao estilo do PSDB em 2002.

Não será fácil a substituição do deputado José Dirceu como principal estrategista do PT: os substitutos parecem carecer de experiência e de senioridade no partido. E, no entanto, é fundamental que o acesso ao ouvido do presidente seja privilégio das melhores cabeças do partido. Do outro lado do espectro político, os sinais também não são animadores. É particularmente grave que a reação da oposição à crise política deixe de contribuir de forma construtiva para um desenlace que preserve os interesses permanentes da República e, em particular, a garantia de contínua governabilidade. O que se viu foram declarações

despropositadas e eleitoreiras do ex-presidente da República quanto a decisões que deveria tomar o atual presidente em relação à sua candidatura à reeleição. As dificuldades do PT exacerbaram as ambições eleitorais do PSDB, mesmo que seja bastante difícil estabelecer contrastes muito nítidos entre o que deu certo no governo Lula, com o predomínio do palocismo, com o que deu certo no governo Fernando Henrique Cardoso, com o malanismo prevalecendo no segundo mandato. Ou será que o PSDB estaria disposto a disputar a eleição de 2006 criticando explicitamente a política econômica de Antonio Palocci? Por caminhos tortuosos, o temor da candidatura Palocci está contribuindo para que a esquerda do PT e as diversas facções da oposição, especialmente do PSDB, sejam aliados em posturas negativas que, embora possam atender a seus interesses eleitorais, conflitam com os interesses do País.

Há os que encarem o que hoje se vê com complacência. Afinal, é o Brasil, com as mazelas conhecidas: continuará a existir, a despeito dos dólares na cueca e dos bispos infensos ao uso de bancos. Penso diferente: para que o Brasil mude, mesmo que seja só para os nossos netos, é importante que o sentimento de cidadania esteja ancorado em perspectiva menos fisiológica. A julgar pela gravidade da crise, custa a crer que a volta à trajetória de paulatina consolidação das instituições democráticas possa deixar de levar em conta algum acordo do mais alto nível entre as facções do governo e da oposição, cujos programas são essencialmente convergentes quanto à política econômica e às políticas sociais. Isso era algo que já se desenhava como necessário antes da atual crise política, à raiz da necessidade de o PT digerir internamente a evidência de que a política econômica constitui o maior sucesso do atual governo. Com a crise do mensalão esse entendimento se tornou imperativo. Mas talvez seja muito esperar tanto realismo, seja da parte do governo, seja da oposição.

* **Marcelo de Paiva Abreu** doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio